

MARK MAZOWER

O império de Hitler

A Europa sob o domínio nazista

Tradução

Claudio Carina

Lucia Boldrini



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2013 by Mark Mazower

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Título original

Hitler's Empire: Nazi Rule in Occupied Europe

Capa

Kiko Farkas/ Máquina Estúdio

Imagem de capa

Time & Life Pictures/ Getty Images

Preparação

Silvia Massimini Felix

Índice remissivo

Probo Poletti

Revisão

Valquíria Della Pozza

Isabel Jorge Cury

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Mazower, Mark

O império de Hitler : a Europa sob o domínio nazista / Mark Mazower ; tradução Claudio Carina e Lucia Boldrini. – 1ª ed. – São Paulo – Companhia das Letras, 2013.

Título original : Hitler's Empire : Nazi Rule in Occupied Europe.
ISBN 978-85-359-2271-4

1. Alemanha – Relações exteriores – Europa 2. Europa – Relações exteriores – Alemanha 3. Guerra Mundial, 1939-1945 – Alemanha 4. Guerra Mundial, 1939-1945 – Aspectos sociais – Europa 5. Guerra Mundial, 1939-1945 – História diplomática 6. Nazismo – Aspectos sociais – Europa 1. Título.

13-03870

CDD-940.532

Índice para catálogo sistemático:

1. Europa: Domínio nazista : Guerra Mundial, 1939-1945 : História diplomática 940.532

[2013]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

Sumário

Lista de mapas	9
Abreviações e acrônimos	25
Prefácio: O panorama visto de Varzin	29
Introdução	37
I. PELA GRANDE ALEMANHA	51
1. Alemães e eslavos: 1848-1918	53
2. De Versalhes a Viena	70
3. Expansão e escalada: 1938-40	94
4. A partição da Polônia	120
5. Verão de 1940	146
6. Guerra de aniquilação: a invasão da União Soviética	183
7. Faça essa terra ser alemã de novo para mim!	229
8. A organização da desordem: 1941-2	276
II. A NOVA ORDEM	313
9. A rentabilização da ocupação	315
10. Trabalhadores	353

11. A diplomacia Ersatz	380
12. A Solução Final: a Questão Judaica	431
13. A colaboração	481
14. Os ajudantes do Leste	512
15. A oposição	538
16. <i>Hitler Kaputt!</i>	591
III. PERSPECTIVAS	621
17. Nós, europeus	623
18. A Nova Ordem na história mundial	647
Agradecimentos	677
Notas	679
Bibliografia	729
Lista de ilustrações.....	757
Índice remissivo	759

I. PELA GRANDE ALEMANHA

I. Alemães e eslavos: 1848-1918

A sucessão de acontecimentos que culminou na criação do império de Hitler não começou com a invasão da Polônia em 1939 nem com a tomada do poder no Terceiro Reich em 1933, tampouco com a criação do Partido Nazista em Munique depois da Primeira Guerra Mundial. O que aconteceu entre 1938 e 1945 foi o capítulo final da história de uma ideia muito mais antiga — a ideia de uma Grande Alemanha.

Ou assim parecia em 1944, enquanto os mísseis V-1 caíam sobre Londres e a análise do historiador Lewis Namier retrocedia até quase um século antes, aos eventos de 1848 — aquele ano extraordinário em que revoluções derrubaram monarquias, e Paris, Praga, Viena e Veneza retumbavam ao grito de liberdade. Na Paulskirche de Frankfurt, uma assembleia nacional alemã reuniu-se orgulhosamente sob uma gigantesca pintura de *Germania* — uma donzela bastante robusta que segurava em uma das mãos uma triunfal espada desembainhada e a bandeira da nação alemã na outra —, enquanto seus delegados debatiam unidade política, liberdade de imprensa e a necessidade de uma Constituição moderna. Para muitas pessoas desde então, a assembleia ofereceu um vislumbre de um caminho que *não* foi seguido, a expressão de um espírito democrático alemão que em pouco tempo seria esmagado pelo militarismo prussiano e que poderia, caso tivesse triunfado, poupar a Europa de um século de guerras.¹

Não era o que Namier pensava. Em sua visão, o verdadeiro espírito de 1848 havia vencido, e os próprios deputados com seus sonhos de uma Grande Alemanha tinham aberto o caminho para o desastre do nazismo. Nenhum grande abismo, argumentava ele, separava os liberais alemães do século XIX dos nacional-socialistas do século XX: o amor à nação e o ódio aos eslavos eram compartilhados pelos dois grupos. O ano de 1848 foi o momento em que o nacionalismo parlamentarista alemão revelou pela primeira vez sua capacidade de destruir a paz do continente. As diferenças políticas já não poderiam ser resolvidas apenas entre reis e diplomatas, pois agora envolviam as aspirações de povos inteiros — aspirações cada vez mais definidas em termos de terra, idioma e sangue.

Naqueles discursos de Frankfurt, esquecidos havia muito, Namier enxergava a raiz principal do expansionismo alemão. Muitos oradores ali sonhavam com uma pátria unificada cuja superioridade cultural e econômica haveria de atrair irresistivelmente os poloneses, tchecos e outros eslavos; mencionavam um domínio que se estenderia do Báltico ao sudeste da Europa e, obcecados pela concepção de um poderoso Estado nacional, rejeitavam a simples ideia de que os alemães pudessem se converter numa minoria: “Será que o destino de meio milhão de alemães é viver sob um governo alemão, integrando a grande federação alemã, ou ser relegados apenas à posição inferior de estrangeiros naturalizados?”. Um futuro Estado nacional alemão teria como missão incluir todos os alemães em suas fronteiras e salvar os membros da nação do terrível destino de cair sob o domínio de um vizinho eslavo: “Nosso direito é o direito do mais forte, o direito da conquista [...] As normas legais nunca parecem mais odiosas do que quando se atrevem a determinar o destino de nações”. Para o público de Namier em Londres, boa parte dessa retórica intransigente — exigindo que uma Alemanha poderosa servisse de baluarte contra a Rússia e comparando “nacionalidades insignificantes” a “parasitas” destrutivos tentando “se estabelecer entre nós” — deve ter soado extremamente familiar.²

Essa interpretação do passado alemão era, sem dúvida, tendenciosa e anacrônica. Havia muitas diferenças entre os liberais dos anos 1840 e os nacional-socialistas de um século mais tarde, entre os que acreditavam no poder da cultura alemã e os que acreditavam em sangue alemão. Mas é fato que alguns nazistas narravam a própria história em termos semelhantes. Apenas alguns anos antes, o professor Reinhard Höhn, um dos intelectuais favoritos de Himmler, tinha aplaudido aqueles homens de 1848. Segundo ele, estavam corretos ao afirmar o

princípio do domínio civil sobre os militares, algo que o Terceiro Reich só conseguiu finalmente alcançar graças ao poder do Partido Nazista. Hitler também fez o elogio dos democratas de Frankfurt. Num discurso realizado na cidade depois da anexação da Áustria, em 1938, ele expressou sua alegria por ser aquele que transformara em realidade “um anseio que no passado teve sua mais profunda expressão aqui”. Hitler disse a Josef Goebbels que os homens da geração de 1848 de modo algum poderiam ser comparados aos odiados “democratas de novembro” que haviam fundado a República de Weimar, pela simples razão de que os primeiros haviam sido “idealistas da Grande Alemanha” e que, assim como ele, acreditavam numa poderosa nação alemã imbuída de uma missão europeia. De acordo com o Führer, eles haviam tentado erigir uma Alemanha que esmagaria os eslavos e dominaria a Europa. Livre dos reis e dos príncipes que os haviam derrotado, ele haveria de triunfar onde eles tinham fracassado.³

O triunfo do nacionalismo demorou bastante, pois em meados do século XIX os povos de língua alemã ainda eram governados por um desconcertante número de ducados, principados e reinos. O que as pessoas da Europa Central e da Oriental queriam dizer quando se descreviam como “alemãs” ainda variava de lugar para lugar, e tal era a força dos dialetos regionais que muitas delas mal conseguiam compreender umas às outras. Politicamente, a maioria dos “alemães” professava lealdade a seus governantes e não se via como parte de um grupo único, menos ainda de um grupo que deveria se unificar num Estado único. Os intelectuais de Frankfurt, portanto, estavam desafiando a opinião dominante, e não a seguindo. Assim se queixava um jornalista em 1848: “A maioria dos camponeses austríacos nem mesmo sabe que existe uma Alemanha e que é a pátria deles!”. Despertar os alemães para a verdade do nacionalismo era a missão autoimposta de uma minoria de encenqueiros: levaria mais de um século até que conseguissem impor sua mensagem.⁴

Na Confederação Alemã frouxamente organizada surgida depois da derrota de Napoleão, os Estados mais poderosos eram a Áustria e a Prússia, e as relações estreitas, embora tensas, entre os dois deram forma à questão alemã na Europa durante décadas. A Prússia possuía menos da metade do território de sua rival, mas em sua população havia muito mais germanófonos. Tinha apenas 16 milhões de habitantes, ante os 36 milhões de súditos dos Habsburgo; porém, desses

16 milhões, 14 milhões falavam alemão, enquanto menos de 7 milhões viviam no domínio poliglota do imperador Francisco José. Em resumo, do ponto de vista dos nacionalistas, era muito mais provável que o tipo de Estado que preconizavam surgisse sob a direção da Prússia.

Depois da Guerra Franco-Prussiana, os Estados alemães foram de fato unificados num novo Reich alemão, e Guilherme I da Prússia foi proclamado seu imperador. Mas para muitos nacionalistas tratava-se apenas de um meio-termo — uma solução chamada “Pequena Alemanha”, pois não incluía os territórios germanófonos do Império Habsburgo. Desafortunadamente para eles, os arquitetos do novo Reich descartaram a ideia de destruir os Habsburgo. Bismarck era um homem que sabia a hora de dizer basta — pois, como disse, “novas formações nessas áreas necessariamente terão um caráter permanentemente revolucionário”. Seu conservadorismo impôs limites estritos à expansão alemã, e a nova aliança com a Áustria-Hungria continuou a ser a pedra angular da política externa do Reich até a deflagração da Primeira Guerra Mundial e depois dela: em 1915, um historiador alemão observou que “a primeira e mais urgente tarefa da guerra [era] a preservação da Áustria”.⁵

No interior do império, movimentos nacionalistas também despertavam entre húngaros, italianos, poloneses e eslavos do Sul. Nem todos aspiravam à independência política, já que muitos percebiam que a alternativa mais provável ao Império Habsburgo era caírem presos entre “uma monarquia russa universal” e uma nova e poderosa Alemanha. Em 1848, o eminente intelectual František Palacký, da Boêmia, apresentou uma justificativa célebre ao recusar um convite para participar da Assembleia de Frankfurt: “Se o Império Austríaco não existisse, pelo bem da Europa, e mais, da humanidade, seria necessário [...] inventá-lo”. No fim do século, a crença no império como um espaço nacional abarcava o espectro político que ia dos monarquistas católicos aos marxistas austríacos, que haviam se convencido da necessidade de “impedir a derrocada da Áustria e possibilitar que suas nações vivam juntas”.⁶

Ao imperador Francisco José certamente não interessava o envolvimento com a bandeira do nacionalismo alemão. Ele sabia que tal política serviria apenas para despertar a antipatia de seus outros súditos — muito mais numerosos —, e também sabia que a religião impossibilitava que a maioria dos alemães da Áustria se voltasse para a Berlim protestante em busca de ajuda. Para ele, a lealdade à Casa de Habsburgo era mais importante que a origem étnica. Mas, à medida que

italianos, tchecos e poloneses passaram a exigir direitos linguísticos e culturais próprios, alguns alemães súditos dos Habsburgo formaram clubes e sociedades para se mobilizar contra eles, fundando escolas, jornais e sociedades esportivas. As fraternidades de duelistas prosperaram; estudantes se embebedavam e faziam discursos ofendidos e barulhentos brindando à “Alemanha, Mãe de Todos Nós!”. Em seus salões, sob retratos de Bismarck e do Kaiser alemão engalanados de flores e exibidos com destaque, falavam em lutar para impedir que os tchecos ou eslovenos da região esmagassem “o povo alemão”. A carta de fundação do partido Alldeutsche Vereinigung começa com o compromisso de “empenho para estabelecer uma relação entre as antigas terras alemãs da Áustria com o Reich alemão, o que garantirá de forma permanente a preservação de nosso *Volkstum* [povo]”. Na Boêmia, o Partido dos Trabalhadores Alemães exigia “a conservação e ampliação do Lebensraum de sua própria nacionalidade” em face da “pressão de trabalhadores estrangeiros de cultura inferior”. Esses movimentos — fortemente antieslavos, frequentemente antisemitas — caracterizavam o meio do qual emergiu Hitler. Aqui — na crítica intransigente do império, na rejeição de seus modos de acomodar os diferentes povos da Europa Central e na determinação de unificar todos os alemães num Estado único, desprezando as fronteiras nacionais existentes — reside o ponto de partida do pensamento daquele que se tornaria o Führer.⁷

OS POLONESES

O nazismo se apropriou de grande parte das ideias do nacionalismo alemão tardio dos Habsburgo, porém ainda mais das ideias prussianas, sobretudo no que diz respeito ao tratamento dos poloneses. A Polônia havia deixado de existir em consequência de sua divisão entre Áustria, Rússia e Prússia no fim do século XVIII. Mas para os prussianos a partição tinha sido uma ideia particularmente ruim: destruiu o Estado-tampão que no passado a protegera do poderio da Rússia e fez aumentar significativamente a minoria polonófona do país. Na província de Posen, em especial, os poloneses continuaram a ser maioria, a despeito dos esforços do governo prussiano para atrair colonos alemães. Inspirando-se nas palavras de Jean-Jacques Rousseau, em 1848 um deputado polonês na Assembleia de Frankfurt advertiu seus colegas alemães: “Vocês nos engoliram, sim, mas, por Deus, não vão nos digerir”.

Meio século mais tarde, a indigestão polonesa da Prússia tornara-se mais grave que nunca. Os poloneses constituíram sua minoria mais numerosa — cerca de 10% da população total —, e o fato de que eram católicos só piorava as coisas. A polícia do Kaiser tentava mantê-los sob vigilância. No Leste, porém, o número de poloneses crescia tão rapidamente que passou a alarmar o governo prussiano. A campanha anticatólica de Bismarck fechou escolas em que se ensinava o polonês, confiscou propriedades da Igreja e levou à prisão de muitos sacerdotes. Ainda assim, os operários e os trabalhadores agrícolas poloneses continuaram a ser majoritários entre as populações de muitas regiões de fronteira. A cidade de Poznań/Posen era como uma ilha alemã pesadamente fortificada em mar polonês: na província que a rodeava, 800 mil poloneses viviam ao lado de uma população alemã que era metade desse número.

De qualquer forma, de meados até o fim do século XIX, uma visão cada vez mais conflituosa e racial dos eslavos ganhou espaço entre a intelligentsia alemã. O geógrafo Friedrich Ratzel, figura decisiva no esforço de chamar a atenção do público para a importância dos assentamentos agrícolas para a vitalidade nacional, aplicava teorias darwinistas à ascensão e queda do *Volk* e argumentava que o que chamava de *Lebensraum* era necessário para assegurar seu crescimento contínuo. Muitos de seus partidários conferiram a seus argumentos um tom hostil, racial. Explicando sua nova ciência, a “geopolítica”, o cientista político sueco Rudolf Kjellén falava sobre “a ambição do Estado de se unir de maneira orgânica ao solo”: a expansão era “autopreservação”; os grandes Estados prosperariam, enquanto os pequenos desapareceriam gradualmente, “quanto mais organizado se tornasse o mundo”. Kjellén defendia a guerra e destacava a posição ambígua da Alemanha como “o Reich do Meio”, extremamente suscetível a se ver cercado e ao mesmo tempo empurrado pelo destino à expansão e à liderança.⁸

Bismarck não tinha tempo para essas ideias. Seu foco era a consolidação interna; vencer essa luta, porém, era muito mais difícil do que haviam sido as batalhas externas travadas pela Prússia. Ele expulsou trabalhadores poloneses, mas a maioria voltou logo depois. A seguir, criou uma nova Comissão Real Prusiana de Colonização para fortalecer “o elemento alemão [...] contra as tentativas de polonização”. Esse primeiro esforço substancial alemão para instituir uma política populacional de Estado de acordo com a nacionalidade lançou mão de créditos bancários e compras compulsórias de terras para ajudar os alemães a se estabelecerem em áreas de fronteira.⁹ Mas seu efeito foi apenas o de elevar o preço

das terras: os vendedores alemães lucraram; os contribuintes alemães pagaram a conta. Enquanto isso, os poloneses organizaram seus próprios grupos nacionais cooperativos e de crédito. Perderam 60 mil hectares de terra para a Comissão Prussiana entre 1896 e 1912, mas compensaram isso comprando mais de 100 mil hectares. A política de Bismarck não contentou ninguém e causou grande ressentimento. O problema, basicamente, era que desconsiderava as realidades da industrialização para favorecer uma fantasia agrária medieval que as forças econômicas globais estavam destruindo de maneira irrevogável.¹⁰

Por trás de tudo isso havia uma questão fundamental para os objetivos políticos dos próprios nazistas: até que ponto um Estado conseguiria controlar em que lugar sua população escolhia viver? Embora alguns alemães fossem atraídos pelo que se chamava com desdém de “bônus do Leste” — subsídios estatais —, esse estímulo simplesmente não era suficiente para as centenas de milhares que continuavam a emigrar, especialmente para os Estados Unidos. Os 170 mil imigrantes atraídos para as terras pela Comissão desapareciam ante os 830 mil alemães que deixaram a Prússia Oriental só depois de 1895. Despovoamento, e não repovoamento, era a realidade enfrentada pelos nacionalistas alemães. Como escreveu um jornalista de Posen — onde a população polonesa crescia rapidamente desde a década de 1860 — com tristeza em 1902:

Para os funcionários do Reich, ser transferido para nossa província é a maior das desgraças. Segundo eles, essa transferência não é muito diferente do que ser transferido para a Sibéria. O camponês, se for capaz de sobreviver em outro canto qualquer, faz o que pode para não ser enviado à nossa província inóspita, onde a terra não é particularmente fértil e a competição com os poloneses é dura. Prefere emigrar para os Estados Unidos.¹¹

Para o jovem Max Weber, que estudou o problema com atenção, o panorama era funesto. Em particular, ele culpava os grandes proprietários de terra por empregar trabalhadores poloneses. As grandes propriedades, escreveu Weber, eram “o maior elemento polonizador”, e a “violenta crise da agricultura” estava conduzindo inexoravelmente ao triunfo da “nacionalidade menos evoluída”. Era necessário um programa de colonização muito mais extensivo do que qualquer coisa que Bismarck estava disposto a contemplar. Não bastava encher de dinheiro os bolsos das famílias ricas que não precisavam dele; a prioridade devia

ser o apoio ao pequeno proprietário alemão. Quarenta anos mais tarde, os argumentos de Weber encontraram um público receptivo nos círculos nazistas. Num ensaio dedicado ao chefe da ss, Heinrich Himmler, no exato momento em que este estava reassentando alemães e expulsando poloneses com uma brutalidade inimaginável antes da Primeira Guerra Mundial, um eminente sociólogo nazista recorreu à análise de Weber para criticar a falta de seriedade com que o velho Kaiserreich havia tratado esse premente problema racial. Esse sociólogo sustentava que, livre da influência política reacionária da classe dos Junkers, o Terceiro Reich estava provando ser muito mais eficiente que qualquer um de seus antecessores.¹²

No final do século XIX, grupos de pressão que defendiam as “Marchas Alemãs para o Leste” surgiram e arrebataram a iniciativa das mãos da velha elite prussiana. O HKT (nome formado pelas iniciais de seus três fundadores) organizava boicotes aos negócios dos poloneses e patrocinava palestras (por exemplo, “Civilização e Estado nacional” ou “O que une os alemães e o que os divide?”), excursões às fronteiras e festivais kitsch celebrando o “Dia Alemão”. Outros grupos recordavam às pessoas as glórias do passado medieval alemão — quando as cruzadas dos cavaleiros teutônicos haviam germanizado o Leste à ponta da espada — e publicavam mapas alarmantes mostrando a ameaça demográfica do Leste. De um modo ou de outro, uma energia considerável foi investida na regeneração do que os nacionalistas denominavam de “a consciência do parentesco nacional”.¹³

Sob pressão, políticos alemães — que haviam abandonado por curto tempo a velha e infrutífera política bismarckiana — agora regressavam a ela. Mas os pangermânicos queriam deles muito mais que isso — queriam que proibissem o polonês, por exemplo, nas vitrines e nas fachadas das lojas, nos registros das igrejas e nas associações privadas, ou que obrigassem os jornais poloneses a publicar ao lado de cada artigo a correspondente tradução alemã. “O Estado que abre mão da unidade de seu idioma renuncia completamente à sua unidade política”, escreveu um jurista. Isso era nada menos que uma “guerra dos povos”, e o tempo estava se esgotando. “Precisamos apoiar com todas as nossas forças a imigração de alemães nas províncias polonesas”, alguém escreveu em 1906.

A Comissão de Colonização precisa acelerar seu ritmo de trabalho porque o período de paz é uma época de valor inestimável para tais realizações, e a paz não durará para sempre. A germanização das Marchas para o Leste deve ser concluída antes que comece a guerra contra os eslavos do Norte e do Sul.¹⁴

Até mesmo a assimilação deixara de ser a solução. Ao contrário, como explicava um escritor em 1902: “Para o alemão que deseja preservar o tipo alemão das raças inferiores, como os eslavos fortemente mongolizados, o primeiro mandamento é: ‘Nada de misturas raciais com estrangeiros’”.¹⁵

Weber havia identificado o problema fundamental: os proprietários de terras prussianas tinham grande interesse em manter sua mão de obra barata; os patriotas de classe média preocupados com a questão racial queriam que eles partissem. Tentando esfriar as paixões dos dois lados, um jornal de língua alemã em Posen recordava a seus leitores que o que estava em questão

não é uma agressiva luta “de vida ou morte” empreendida contra a totalidade da população polonesa; não se trata de, por assim dizer, exterminar os poloneses. Mais exatamente, a política governamental para os poloneses se destina apenas a derrotar os esforços e as campanhas dos nacionalistas poloneses cuja realização seria incompatível com a ideia do Estado prussiano e com a segurança do Reich alemão.¹⁶

Mas alguns pensavam de fato numa luta “de vida ou morte”. O próprio Bismarck tinha a firme convicção de que a Alemanha precisava de paz. Em 1887 ele comentou que a Rússia “não quer conquistar nenhum território alemão, e nós não queremos conquistar nenhum território russo. Essa questão só diz respeito a províncias polonesas, e destas já temos mais do que nos é conveniente”.¹⁷ Portanto, ele não estava interessado nos planos de seu próprio Estado-maior para atacar o Exército tsarista, os quais também previam apoio a insurreições nacionalistas na Polônia, na Finlândia e no Cáucaso; considerava essa última ideia, em particular, uma loucura completa. Depois de Bismarck, porém, os políticos alemães tornaram-se mais nervosos e beligerantes. Aos liberais e socialistas, que tradicionalmente odiavam o regime tsarista, somaram-se conservadores que temiam que o Reich criado por Bismarck fosse mais vulnerável a um ataque do Leste do que ele pensava. Como consequência, lançaram-se a uma guerra que acabaria agravando ainda mais seus problemas.

A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Em 1914, o legado de Bismarck havia sido completamente abandonado. O chanceler Bethmann-Hollweg exigiu que a Rússia fosse obrigada a retroceder

para o leste e que se pusesse fim ao controle que exercia sobre povos não russos.¹⁸ No verão seguinte, os exércitos das potências centrais fizeram os russos retrocederem e os alemães marcharam sobre Varsóvia. De repente a questão polonesa deixou de ser apenas teórica, e a Polônia russa foi dividida entre as forças de ocupação das potências centrais. Estabeleceu-se um governo militar austríaco no Sul, enquanto os alemães instauraram um governo-geral em Varsóvia.

É difícil imaginar contraste mais marcante em relação à ocupação nazista na Segunda Guerra Mundial. A Universidade de Varsóvia foi reaberta, o ensino da língua polonesa voltou a ser autorizado depois de quase meio século de governo russo e um grande número de estudantes foi readmitido nas escolas. Graças aos alemães, instituiu-se pela primeira vez a autogestão municipal — algo desconhecido sob os tsares — e houve eleições durante a guerra. O Exército alemão tinha também uma política consciente de apoio à imprensa judia na Polônia, e o governador, general Hans von Beseler, criou uma autonomia judaica. Em resumo, os alemães tentaram se apresentar como libertadores que punham fim à tirania russa, e Beseler defendeu a formação de um “Estado nacional polonês” que tivesse “a mais estreita associação com a Alemanha” — basicamente uma reedição do Congresso Pós-Napoleônico da Polônia, mas dessa vez sob domínio alemão, e não russo. Em julho de 1916, o general Erich Ludendorff, chefe do Estado-Maior do Exército alemão no Leste (Oberost), defendia a transformação da Polônia em principado, com seu próprio Exército, sob o controle da Alemanha. No mês seguinte, as potências centrais concordaram em apoiar conjuntamente um reino independente da Polônia e criaram um conselho de Estado de poloneses notáveis que devia ajudar a governar o país.¹⁹

Mas, se essas políticas oferecem um clamoroso contraste com o tratamento que os nazistas deram à Polônia em 1939, outras dão a estranha impressão de ser suas precursoras. Junto com suas políticas pró-polonesas, por exemplo, os alemães planejavam anexar parte da Polônia russa para criar uma nova faixa fronteira, como definiam, ao longo da fronteira oriental do Reich: a população existente na área seria deportada para dar lugar a colonos alemães. Os grupos de pressão pangermânicos exigiam isso, assim como o grande número de personalidades alemãs que assinaram o chamado Discurso dos Intelectuais no verão de 1915. Com o propósito de situar o debate sobre os objetivos da guerra acima da dimensão meramente econômica, o discurso defendia o aumento da colonização alemã nos antigos territórios russos e a construção de um muro humano na fronteira.²⁰

A guerra como um todo estava levando exércitos a desterrar populações, especialmente nas zonas de fronteiras sensíveis e nas frentes de combate. O próprio Exército alemão esvaziou de sua população uma larga faixa de terra ao longo da costa do Báltico e também criou uma zona morta de vários quilômetros de extensão na França quando se retirou para a Linha Hindenburg, em 1917. A política de terra arrasada privava o inimigo de todos os recursos que a terra pudesse oferecer. A devastação extraordinária do território à frente da Linha Siegfried na França, em 1917, foi a apoteose desse método: a região se transformou em “um deserto morto, desolado”, em que árvores, construções e cercas vivas foram sistematicamente arrasadas com explosivos, deixando uma paisagem totalmente plana. Outros exércitos também estavam esvaziando suas fronteiras. Forças otomanas obrigaram gregos e armênios a abandonar o litoral mediterrâneo e ir para a Anatólia. Soldados húngaros esvaziaram e incendiaram povoados sérvios. Mais que tudo, os xenófobos e temíveis oficiais russos forçaram mais de 750 mil civis a acompanhar os exércitos tsaristas em sua retirada das zonas de fronteira, criando um grande êxodo de refugiados.²¹

Assim como nas colônias antes de 1914 e na Europa depois de 1939, as políticas do Exército alemão como força de ocupação combinavam exploração sistemática com pacificação violenta. Uma das razões pelas quais os alemães não conseguiram criar um novo Exército polonês, como haviam imaginado, foi o ressentimento extremo que tinham despertado, segundo um relato da época, por causa de

toda uma série de intervenções militares e industriais, como o confisco de matérias-primas, fábricas, máquinas, a compra compulsória de casas e a derrubada de bosques particulares [...] Todas essas medidas fizeram surgir uma sensação geral de queixas concretas, como também o fato de que geralmente os soldados e oficiais alemães tratavam a população com dureza e impunham restrições desnecessárias aos seus movimentos.²²

Na Bélgica, o comportamento dos militares foi, no mínimo, ainda pior, e a deportação de quase 60 mil operários para fábricas alemãs prefigurava as políticas que seriam implementadas em escala muito maior na Europa a partir de 1941. Meio milhão de trabalhadores franceses também foram recrutados para o esforço de guerra, e formou-se uma grande rede de campos de trabalho. A neces-

sidade militar era um argumento que se impunha sobre todas as considerações relacionadas ao direito internacional ou à diplomacia, e o próprio Exército parecia indiferente ao escândalo que essas políticas provocavam em todo o mundo. Mostrou-se igualmente impassível diante da reação desencadeada pelas notícias de atrocidades cometidas na Bélgica em 1914, quando pelo menos 6 mil pessoas foram executadas e milhares de construções foram deliberadamente demolidas ou incendiadas. Assim como na Segunda Guerra Mundial, o Exército alemão parecia se incomodar pouco com o sofrimento da população local, e mesmo com importações de ajuda estrangeira a desnutrição passou a ser generalizada — na Bélgica, aliás, esse problema foi muito mais grave depois de 1914 do que viria a ser na Segunda Guerra Mundial.²³

Os novos senhores do Exército do Reich — Hindenburg e Ludendorff — pretendiam usar o “Leste” para ensinar aos “ocidentais” na França e na Bélgica como construir “algo duradouro” com “trabalho alemão”. Em seu enorme feudo báltico, o Oberost, eles pretendiam colonizar as florestas e os pântanos e civilizar seus habitantes (exatamente como gerações anteriores de alemães falavam em civilizar os poloneses). Ignorando as complexidades étnicas e logísticas do terreno, viam a ocupação militar como uma maneira de explorar os recursos subutilizados existentes bem às portas da Alemanha. Na Macedônia, o Exército francês tinha ambições semelhantes. Mas Hindenburg e Ludendorff não queriam apenas conquistar a natureza: à diferença dos franceses, queriam conquistar a região racialmente, mantendo os eslavos sob vigilância e criando novos assentamentos nos quais “heróis alemães” poderiam renascer. A exemplo do que ocorreu no período da dominação nazista, o Exército tentou engajar a população inteira em trabalhos forçados, criando um detalhado sistema de registro e cartões de identidade e deportando dezenas de milhares de trabalhadores para a Alemanha. Era também uma cultura que exigia o reconhecimento constante do prestígio militar. Ao encontrarem um oficial alemão, os não alemães eram obrigados a sair da calçada e tirar o chapéu; também não podiam usar os vagões destinados aos alemães. O desprezo pelos civis e a ausência de controles institucionais para o comportamento dos militares, combinados com ideologias de transformação social totalmente irrealizáveis, permitiram que o Exército alemão tratasse como quisesse as populações e as propriedades sob ocupação; quando a guerra começou a ir mal, a consequência foi uma destruição inútil em enorme escala.²⁴

Na primavera de 1918, no entanto, a guerra no Leste parecia ir bastante bem, e a visão de um império alemão naquela região materializou-se quando os alemães obrigaram uma abatida delegação bolchevique a aceitar uma paz punitiva. Graças ao Tratado de Brest-Litovsk, assinado numa imensa e lúgubre fortaleza russa, uma esmagadora *pax germanica* foi imposta a toda uma faixa de províncias tsaristas que ia do Báltico ao mar Negro — uma região que prefigurava de forma impressionante aquela conquistada pela Wehrmacht em 1941. Na frente ocidental, os soldados alemães estavam concentrados para a ofensiva decisiva, com o objetivo de acabar com a Entente antes que a chegada das tropas norte-americanas alterasse o equilíbrio de forças. No Leste, porém, uma nova ordem já estava sendo estabelecida. Com a queda do regime imperial, o Exército do Kaiser assumiu o controle. De acordo com um funcionário do governo alemão, a Rússia não era “mais que uma montanha de vermes; todos apodrecidos, todos pululando juntos desordenadamente”.²⁵

Em Brest-Litovsk, os bolcheviques cederam 90% das minas de carvão da Rússia, 54% de sua indústria e um terço de seu sistema ferroviário e de sua população. Os alemães marcharam sobre a Ucrânia e a Geórgia com 1 milhão de soldados para ocupar a região; os estrategistas de Berlim criaram um cordão de novos Estados títeres que funcionariam como escudos, protegendo a Alemanha do bolchevismo e fornecendo grãos, petróleo e outros recursos aos mercados para assegurar a condição da Alemanha como potência mundial. Haveria uma “nova ordem na Europa [que] prometia uma presença muito maior que a mera anexação de território estrangeiro”. Os alemães estabeleceram regimes obedientes na Ucrânia, na Lituânia e na Polônia, e também transformaram a Romênia em seu satélite. O alto-comando alemão sonhava que seu muro fronteiriço de “seres humanos física e mentalmente saudáveis” seria capaz de afastar a ameaça racial representada pelos eslavos, que se multiplicavam rapidamente. Outros imaginavam penetrar ainda mais a leste — transformando a Crimeia numa “Riviera” alemã, abrindo um caminho do Cáucaso à Pérsia, ao Afeganistão e finalmente à Índia para pôr os britânicos de joelhos ao angariar as simpatias dos movimentos pan-islâmicos ou panturcos de toda a Eurásia.²⁶

Havia apenas um problema: a guerra não tinha terminado. A ofensiva ocidental de 1918 se exauriu, e com a entrada dos Estados Unidos na guerra o equi-

líbrio de forças logo se voltou contra Berlim. Poucos meses mais tarde, com uma rapidez que a opinião pública alemã teve dificuldades de compreender, os aliados alemães pediram a paz e o alto-comando seguiu o exemplo, preferindo responsabilizar pela capitulação a traição civil em vez de seus erros de cálculo estratégicos. O Kaiser foi obrigado a abdicar e relutantemente começou seu longo exílio na Holanda. Nos meses seguintes, as fronteiras da Nova Ordem alemã ruíram e Brest-Litovsk tornou-se “a paz esquecida”.

Mas nem todos esqueceram. Nacionalistas furiosos não podiam acreditar que o prêmio oriental tivesse sido arrancado de suas mãos e lutaram para recuperá-lo. Grupos de voluntários se mobilizaram em vários Corpos Livres, como foram chamados, para defender as fronteiras da nação: combateram socialistas em Munique e poloneses em Posen. No Báltico, o general Von der Goltz contava com o apoio das potências da Entente quando o Exército Vermelho de Trótski tomou Riga, em dezembro. Paramilitares e ex-soldados alemães afluíram em massa ao quartel-general de Von der Goltz em Mitau para preservar o que fosse possível de Brest-Litovsk — não apenas contra os bolcheviques, mas contra os nacionalistas bálticos e, se necessário, também contra os britânicos. Fazendo os bolcheviques retrocederem para o leste, impuseram terror e execuções em massa pelo caminho. Quinhentos civis foram executados sem julgamento na própria Mitau e 3 mil foram mortos em Riga, cuja tomada, em maio de 1919 — o ponto alto da campanha —, foi saudada como “o símbolo da vitória da civilização ocidental sobre a barbárie asiática”. Relativamente ignorada hoje em dia, essa reconquista temporária da Letônia e da Lituânia foi um dos episódios mais violentos de toda a guerra e uma espécie de anúncio do que estava por vir. “As batalhas nos Estados do Báltico foram mais brutais e sangrentas do que qualquer coisa que eu tenha vivido antes”, escreveu um dos participantes, o futuro comandante de Auschwitz, Rudolf Höss. “Mal havia uma linha de frente; o inimigo estava em toda parte. Onde quer que as forças antagonistas se encontrassem, havia uma matança até que não restasse um único vivo.”²⁷

Alegando ter salvado os Estados bálticos do bolchevismo, os alemães se comportaram como corsários. Para alguns, o objetivo era ter uma propriedade; para outros, não havia nenhum objetivo além da obediência cega aos seus líderes, “guerra e aventura, arrebatamento e destruição”. “Vilarejos ardiam em chamas, prisioneiros eram pisoteados”, alguém recordou. Tudo isso era lembrado numa aura romântica, refletindo uma imagem de cruzados renascidos, uma

nova geração de cavaleiros teutônicos. “A perigosa estranheza dessa terra me enfeitava de maneira peculiar”, alguém escreveu.

Era uma terra que conferia à guerra algo de seu caráter turbulento e em mudança constante [...] Talvez tenha sido isso o que dava aos cavaleiros teutônicos aquela inquietude que os fazia avançar sempre, de novo e sempre, trocando seus castelos sólidos por novas e perigosas aventuras.²⁸

Quando o nazismo se consolidou na Alemanha, nos anos 1930, esses homens foram marginalizados; eram desobedientes, obstinados e imprevisíveis demais, e muitos deles morreram no banho de sangue da Noite das Facas Longas, em 1934. Mas a guerra era o que eles sabiam fazer melhor, e depois de 1939 muitos regressaram quando outro Exército alemão estabeleceu uma segunda Nova Ordem naqueles mesmos territórios orientais. O secretário particular de Hitler, Rudolf Hess, e seu sucessor, Martin Bormann (que a guerra transformou num dos homens mais poderosos do Reich), haviam feito parte dos Corpos Livres. Auxiliado por seu amigo Bormann, Hess apelou para o assassinato para vingar a morte de Leo Schlageter, colega de ambos nos Corpos Livres. Erich Koch, vice-rei de Hitler na Ucrânia entre 1941 e 1944, foi um dos que carregaram o caixão de Schlageter. Os laços entre esses “velhos combatentes”, portanto, datavam de décadas. A Polônia ocupada também foi governada por antigos membros dos Corpos Livres — o governador-geral, Hans Frank, e o chefe do Warthegau, Arthur Greiser. O chefe de polícia da Alemanha durante a guerra, Kurt Daluge, foi chefe de seção no Corpo Livre de Rossbach, enquanto o pouco diplomático ministro para a Romênia, Manfred von Killinger, planejou o assassinato de vários eminentes políticos de Weimar. E havia muitos mais: Erich von dem Bach-Zelewski, o general da ss encarregado das operações contra os partisanos em toda a Europa; Wilhelm Stuckart no Ministério do Interior (um dos burocratas mais importantes do Reich durante a guerra); e também Reinhard Heydrich e Ernst Kaltenbrunner, os dois comandantes do Gabinete Central de Segurança do Reich. A segunda ocupação do Leste foi seu momento de glória.²⁹

É de imaginar o que teria pensado o antigo comandante em chefe do Reich, o ex-Kaiser Guilherme em pessoa, quando os exércitos alemães invadiram a União Soviética em 1941. Ele já tinha aplaudido as vitórias nos Países Baixos e na França no ano anterior. Porém, menos de um mês antes do início dessa segunda

guerra contra o bolchevismo, Guilherme morreu em seu *château* holandês, aos 82 anos. O Kaiser e o Führer compartilhavam a mesma visão do Leste Europeu como uma zona crítica para a segurança nacional, e tinham também a mesma obsessão por terra, pela colonização e pelo assentamento racial. Como muitos de seus seguidores, ambos acreditavam que a expansão das fronteiras alemãs era necessária para garantir a segurança num mundo de luta constante contra a ameaça eslava do Leste. O Kaiser, como Hitler, considerava o bolchevismo uma conspiração judaica mundial contra a Alemanha que deveria ser impiedosamente combatida. Pressionou pela realização de operações militares e policiais para erradicar os bolcheviques e queria que seus homens se comportassem como “os turcos na Armênia”. Seus principais generais queriam — exatamente como Hitler mais tarde — privar a Rússia de seus cereais, carvão, minerais e petróleo vitais por meio da ocupação da Ucrânia e do Cáucaso.³⁰

Mas as diferenças também eram reveladoras. Os nazistas empreenderam grandes esforços para mostrar que não estavam simplesmente repetindo as políticas do Kaiser (ainda que provavelmente tivessem se saído melhor se o fizessem). Escrevendo em março de 1942, Josef Goebbels, o ministro da Propaganda nazista, zombava dos que esperavam que a Nova Ordem nazista, tendo obrigado o Exército Vermelho a recuar centenas de quilômetros, instaurasse novos governos nos “Estados anões” do Leste. “Seria preciso ter como modelo o regime imperial do Kaiser Guilherme para dar início a uma política tão míope. O nacional-socialismo é muito mais impiedoso e realista nessas questões.” E, de fato, diferentemente de Hitler, o Kaiser Guilherme II e seu governo haviam falado de libertação nacional, monarquia e autodeterminação e estimulado a criação de Estados europeus nominalmente independentes no Leste. Falavam às vezes em força racial, mas tal vocabulário trazia implicações muito menos letais para os civis que viviam sob sua autoridade. A ocupação militar pelo Exército imperial podia ser dura, mas, como mostrou a experiência da Polônia, não foi nada em comparação com o que os civis que dirigiam a máquina da ocupação nazista estavam dispostos a fazer. Os judeus e poloneses (e havia muitos) que em 1939 previam que o Terceiro Reich iria se comportar como o Segundo foram desenganados de forma terrível. De fato, embora o antissemitismo fosse habitual no séquito do Kaiser, os judeus não estiveram no centro dos planos da Alemanha durante a Primeira Guerra Mundial. Eram tidos menos como inimigos que como aliados em potencial, incentivados juntamente com as outras nacionalidades rebeldes sob o controle do tsar.³¹

Mais importante que tudo, na Primeira Guerra Mundial ainda havia os Habsburgo. A solidariedade dinástica constituía o freio decisivo à ideia de uma Grande Alemanha. Mas em 1918 os Habsburgo e os Hohenzollern foram depostos, e depois de 1933 surgiu em seu lugar um novo Estado do povo alemão, mais fortemente centralizado, tendo Hitler como seu arquiteto, que engoliu facilmente o pouco que restava da Áustria criado em Versalhes. Hitler pode ter nascido súdito do imperador Francisco José, mas sua visão de mundo pressupunha uma ideia de ordem e nacionalidade no Leste Europeu que era mais *anti* que *pós*-Habsburgo, baseada na pureza étnica sem entremescla, na lealdade à nação em lugar de qualquer dinastia supranacional. As raízes da Nova Ordem nazista, em outras palavras, não se encontravam no antissemitismo nem no desejo cego de conquista, mas na busca da unificação dos alemães num Estado alemão único. Sob a direção de um líder que viera do nada e seu partido de massas, pretendia ter êxito onde o Kaiser havia fracassado, instaurando um domínio permanente sobre os eslavos no Leste e, dessa forma, tornando-se poderoso o suficiente para dominar toda a Europa.